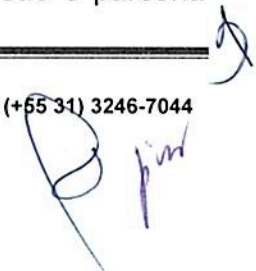


CONVÊNIO Nº 02/2017

Convênio de Mútua Cooperação que entre si firmam a PBH ATIVOS S.A e a Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU, cujo objeto é o assessoramento técnico na gestão do contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa, relativo à prestação de serviço público de disposição final em aterro sanitário dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte.

A **PBH ATIVOS S.A**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Pedro Meneguetti e pela sua Diretora Executiva, Sra. Soraya de Fátima Mourthe M. Lage, doravante denominada **CONVENENTE**; e a **Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU**, neste ato representada pelo seu Superintendente, Genedempsey Bicalho Cruz, doravante denominada **CONVENIADA**; considerando que:

- a Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, e o Estatuto Social da PBH ATIVOS S.A. preveem como objetivo social da PBH ATIVOS o auxílio ao Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;
- a PBH Ativos tem também como objeto social, nos termos do inc. VI do art. 2º da Lei nº 10.003/2010, o auxílio ao Município em projetos de concessão e parceria





público-privada;

- a PBH Ativos possui a função de coordenar a organização e de prestar assessoramento técnico aos Núcleos Setoriais de acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas, sempre por meio de contratos ou convênios administrativos, conforme prevê o Decreto Municipal nº 16.694/2017;
- O Município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - SMURBE, realizou licitação, por meio do Edital de Concorrência nº 001/2007, para a contratação de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, visando à prestação de serviço público de disposição final em aterro sanitário dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana no referido Município;
- Em 20 de novembro de 2008, em razão da mencionada licitação, foi assinado entre o Município de Belo Horizonte e a empresa Macaúbas Meio Ambiente S/A, Contrato de Concessão Administrativa SMURBE nº. 266/08 (Processo nº nº. 01-089.205-07-10), com o prazo de 25 (vinte e cinco) anos;
- A SLU é atualmente responsável pela gestão e fiscalização do Contrato de Concessão Administrativa SMURBE nº 266/08, em conformidade com o art. 68, inciso V, da Lei nº 11.065/2017;
- Foi instituído o Núcleo Setorial de Parceria da Superintendência de Limpeza Urbana por meio da Portaria SLU nº 894, de 03 de outubro de 2017.

As partes celebram o presente CONVÊNIO, nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e



CONVENIADA na gestão do Contrato de Concessão Administrativa SMURBE nº. 266/08, contrato de parceria público-privada de concessão administrativa relativo à prestação de serviço público de disposição final em aterro sanitário dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. A obtenção, organização e gestão de informações e dados técnicos relacionados ao contrato de concessão necessários ao assessoramento prestado pela PBH Ativos são de responsabilidade da CONVENIADA, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 2.2. A PBH ATIVOS poderá consolidar as informações prestadas pela CONVENIADA, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.
- 2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela PBH Ativos não possui natureza vinculativa, considerando que a atuação da PBH Ativos é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto nº 15.534/2014, no art. 3º do Decreto nº 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.003/2010.
- 2.4. A CONVENIADA é responsável pela validação dos produtos oriundos do presente acordo e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega;
- 2.5. A troca de documentos e informações entre os convenientes e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o

princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

2.5.1. A contratação de terceiros pela CONVENENTE para subsidiar a execução do presente convênio deve ser previamente autorizada pela CONVENIADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE RESSARCIMENTO/REPASSE DE RECURSOS

3.1. O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os CONVENENTES ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária, no limite das responsabilidades atribuídas à PBH ATIVOS na Cláusula Quinta do CONVÊNIO e no plano de trabalho.

3.2. As atividades indispensáveis à adequada gestão do contrato de concessão que não estejam previstas no CONVÊNIO como de responsabilidade da PBH ATIVOS poderão ser objeto de termo aditivo e, conforme sua natureza, ensejarão a necessidade de prévia previsão de repasse de recursos financeiros por parte da CONVENIADA.

3.2.1. O ressarcimento seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da CONVENENTE, documentado na ata de reunião do dia 24/11/2016, e deverá ser previamente aceita pela CONVENIADA.

3.2.2. O ressarcimento não incluirá as porcentagens referentes ao lucro e a margem operacional da PBH ATIVOS S.A., devendo restringir-se a despesas administrativas diretas e indiretas, devidamente estimadas, documentadas e comprovadas pela CONVENENTE, e desde que relacionadas ao objeto deste CONVÊNIO ou ao cumprimento da finalidade prevista neste instrumento.

3.2.3. Qualquer dispêndio financeiro decorrente deste ajuste dependerá, previamente, de assinatura de termo aditivo, dotação orçamentária e autorização dos órgãos de controle interno do Município de Belo Horizonte, especialmente a Câmara de Coordenação Geral – CCG, conforme previsto no Decreto nº 16.057/2015.

3.2.4. Os recursos financeiros serão depositados em conta bancária específica, observadas as regras de aplicação financeira previstas no art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e deverão ser objeto de prestação de contas pela CONVENIENTE.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. O CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, respeitado o limite de 60 (sessenta) meses.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. Da CONVENIADA:

- a) certificar-se que os membros designados para o Núcleo Setorial da Parceria tenham disponibilidade e dedicação prioritária para com os assuntos correlatos às parcerias de interesse da CONVENIADA, devendo a equipe, tanto quanto possível, ser composta por profissionais capacitados na área técnica correlata às atividades fins da CONVENIADA, na área jurídica e na área econômico-financeira;

- b) acompanhar e gerir a execução do contrato de concessão, bem como do contrato firmado com o verificador independente;
- c) desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução do contrato;
- d) manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da PBH ATIVOS todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao contrato de concessão.

5.2. Da PBH ATIVOS:

- a) capacitação do Núcleo Setorial de Parceria instituído pela CONVENIADA relativamente aos conceitos, metodologia, licitação, execução, fiscalização e acompanhamento de contratos de projetos de concessão e parcerias público-privadas;
- b) quando demandada, prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica para fins da adequada gestão e acompanhamento do contrato de concessão pela CONVENIADA, conforme discriminação e etapas definidos no plano de trabalho, compreendendo:
 - I - apoiar a análise jurídica do contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação;
 - II - dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas.

- 5.3. O assessoramento a ser prestado pela PBH Ativos se limita ao âmbito do contrato de concessão e dos termos aditivos celebrados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO, devendo ser observado o disposto no

item 3.2 e seus subitens para o caso de assessoramento para fins de celebração de futuros termos aditivos ou de pleitos futuros de reequilíbrios econômico-financeiros.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO

6.1. O CONVÊNIO poderá ser extinto em razão:

- a) do término do prazo de vigência;
- b) de acordo entre os convenentes;
- c) de denúncia unilateral de qualquer dos convenentes, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro partícipe, não sendo devido o pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza em decorrência do término do CONVÊNIO.

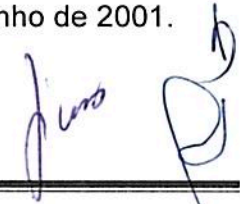
Os convenentes definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do item 6.1.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1. O presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Aplica-se ao CONVÊNIO, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente o art.116 do referido diploma legal, bem como o Decreto nº 10.710, de 28 de junho de 2001.






8.2. Os casos omissos serão, sempre que possível, resolvidos amigavelmente entre as partes.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Os convenientes elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente CONVÊNIO, que será assinado pelos convenientes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2017.


Genedempsey Bicalho Cruz
Superintendente de Limpeza Urbana


Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S/A


Soraya de Fátima Mourthe M. Lage
Diretora Executiva
PBH ATIVOS S/A

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO**I - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO**

O CONVÊNIO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre a CONVENIENTE e CONVENIADA para a gestão do Contrato de Concessão Administrativa SMURBE nº. 266/08, relativo à prestação de serviço público de disposição final em aterro sanitário dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte.

II - METAS A SEREM ATINGIDAS

Meta 1: Assessoramento técnico de **natureza jurídica** para fins da adequada gestão pela CONVENIADA e acompanhamento do contrato de concessão administrativa de serviço público de disposição final em aterro sanitário.

Meta 2: Assessoramento técnico de **natureza econômico-financeira** para fins da adequada gestão pela CONVENIADA e acompanhamento do contrato de concessão administrativa de serviço público de disposição final em aterro sanitário.

III – ETAPAS DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE ATIVIDADES**Etapa 1: Assessoramento técnico de natureza jurídica**

| Definição | Especificação |
|--|--|
| Análise jurídica do contrato de concessão do serviço público de disposição final em aterro sanitário, limitada aos | Análise jurídica do contrato e de seus aditivos no concerne à interpretação das respectivas cláusulas, visando à sua adequada aplicação. |
| | Análise do procedimento de licitação e do processo administrativo do contrato. |
| | Análise da(s) garantia(s) prestadas pela concessionária. |





| | |
|--|--|
| atos praticados até a data da assinatura do presente CONVÊNIO. | Análise da mudança da legislação e sua repercussão no contrato, especialmente no que concerne a mudanças na legislação sobre saneamento básico e resíduos sólidos. |
|--|--|

Etapa 2: Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira

| Definição | Especificação |
|---|---|
| Análise econômico-financeira do contrato de concessão | Análise econômico-financeira dos valores do contrato para fins de verificar sua adequabilidade e economicidade e a possibilidade de mudança no compartilhamento de ganhos e riscos da concessão, de eventuais acertos de contas e da aplicação das sanções pecuniárias. |
| | Análise da proposta comercial da concessionária e dos critérios de reajuste e reequilíbrios adotados no contrato e nos termos aditivos. |

IV - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PELOS CONVENIENTES

O CONVÊNIO não implica transferência de recursos entre os CONVENIENTES ou assunção de qualquer outra obrigação pecuniária, no limite das responsabilidades atribuídas à PBH ATIVOS na Cláusula Quinta, subitem 5.3 do CONVÊNIO.

As atividades indispensáveis ao adequado assessoramento do contrato de concessão que não estejam previstas no CONVÊNIO como de responsabilidade da PBH Ativos poderão ser objeto de termo aditivo e obedecerá ao disposto na Cláusula Terceira do referido instrumento.


**V - PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM ASSIM DA
CONCLUSÃO DAS ETAPAS OU FASES PROGRAMADAS**

Início: data da assinatura do CONVÊNIO

Fim: após o interregno de 12 (doze) meses, admitindo prorrogação.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2017.

Plano de Trabalho conferido e aprovado:


Genedemsey Bicalho Cruz
Superintendente de Limpeza Urbana

Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S/A


Soraya de Fátima Mourthe M. Lage
Diretora Executiva
PBH ATIVOS S/A

